

# humanitas

**Vol. XXIX-XXX**

IMPrensa DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA  
COIMBRA UNIVERSITY PRESS

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA  
INSTITUTO DE ESTUDOS CLÁSSICOS

---

# HUMANITAS

VOLS. XXIX-XXX



COIMBRA

MCMLXXVII-MCMLXXVIII

No que respeita propriamente ao conteúdo dos seminários (comentário de vários passos das duas tragédias), encontramos anotações de muito interesse, finura e profundidade: observações sobre a tragédia em geral, em especial as respeitantes à aparente e alegada frieza que nela possa observar-se (*Ai.* 265 sqq., p. 9; 900 sqq., p. 31), sobre a importância da retórica e do racionalismo no século v e sua consequente presença na tragédia (*Ai.* 666 sqq., pp. 21 e 25; *Phil.* 927, p. 65; 1009, p. 71); penetrantes observações sobre estilo, como a dos vv. 239-241 do *Phil.* (p. 49), em que foca a adaptação da fala de Neoptólemo ao seu estado psicológico, e sobretudo as respeitantes ao uso da linguagem coloquial ou vulgar como meio de caracterizar uma personagem (*Ai.* 1138, 1140 e 1142-1158, pp. 35-36) ou de realçar um estado emocional (*Ai.* 791, pp. 27-28; *Phil.* 327, p. 52; 645 sq., p. 61; 978, pp. 69-70); a discussão sagaz sobre interpolações (e.g. *Ai.* 84 sq., p. 5; 314, p. 11; 327, p. 12; 430 sqq., p. 13; 554b, p. 16; 571, p. 17; 812, p. 28; 839-842, p. 29; 854-858, p. 30; 1111-1117, p. 33; *Phil.* 49, p. 44; 53, p. 45; 668 sqq., pp. 62-63; 1442-1444, p. 76), onde em muitos casos segue Nauck e se manifesta adepto do cepticismo do mestre (*ad Phil.* 236, p. 49). Só assim se compreende que vá ao ponto de considerar interpolados os vv. 134 (pp. 46-48), 386-388 (pp. 53-55), 936 sqq. (pp. 66-67), embora aceite os argumentos dos alunos que contrariam a sua opinião e conclua a discussão dos vv. 386-388 com um «devo ripensarci». O mesmo se diga também de *Phil.* 648 (pp. 61-62), onde igual atitude de hesitação é evidente.

Não faltam ainda conselhos úteis sobre método de crítica textual (*ad Ai.* 573, pp. 17-18) e as referências vivas e sentidas a estudiosos de Sófocles, com relevo especial para os seus mestres Nauck e Wilamowitz (*Ai.* 32 sq., p. 4; 314, p. 11; *Phil.* 22, p. 44; 49, pp. 44-45; 414, p. 56; 469, p. 58; 1407, p. 76).

Dois índices, cuidadosamente elaborados, facilitam a consulta do volume.

J. RIBEIRO FERREIRA

**AIRES AUGUSTO NASCIMENTO, Livro de Arautos, De Ministerio Armorum, Estudo codicológico, histórico, literário, linguístico, texto crítico e tradução, Lisboa, 1977, pp. 350.**

O título *Livro de Arautos* é uma adaptação portuguesa ao conteúdo do manuscrito latino 28 da John Rylands Library, de Manchester, que se apresenta sem nome de autor e sem qualquer título inicial. Todavia, o encadernador, certamente a pedido de um possuidor, gravou-lhe na lombada *De Ministerio Armorum*. Devemos concordar que, lendo atentamente o texto, nós só vemos, de facto, dois títulos ajustados: *De insigniis et armis* (2a, linha 6) ou *De ministerio armorum* (2a, 16 e 9b, 14-15).

A investigação levada a cabo por A. A. Nascimento na *Introdução* (pp. 3-133) conclui que o tratado foi escrito em Portugal no princípio de 1416; aqui os seus cadernos foram deslocados; e no final do séc. xv um copista bastante desleixado fez esta cópia em Espanha, em escrita gótica librária. No séc. xvi esteve em Espanha

na posse de alguém que trabalhou para Ambrósio de Morales; e em 12-I-1727 já se encontrava em Inglaterra, como o demonstra o brasão dos condes de Crawford, em cuja posse se manteve até passar para a Rylands Library, vindo da Biblioteca Lindesiana, onde estava no séc. XIX.

Um dos problemas que o editor leva tão longe quanto pode, mas que não ficou completamente resolvido, é o da determinação do autor. Apura-se que é um português, natural de Lamego, que tomou parte nas guerras da independência após a morte de D. Fernando, que viajou largamente por toda a Europa e que exercia a função oficial de arauto, provavelmente em Lisboa. Interessou-se pela realização do Concílio de Constança, desde 1414, e embora não tenha feito parte da representação portuguesa, que se apresentou na aula conciliar a 1 de Julho de 1416, foi possivelmente para utilidade e orientação dos seus membros (especialmente da numerosa comitiva) que escreveu este guia turístico-histórico-heráldico. Não nos aventuramos a apresentar uma conjectura sobre o seu presumível autor. Gostaríamos, no entanto, que um estudioso da história de Lamego e das suas principais famílias, como é o P. Dr. Manuel Gonçalves da Costa, examinasse em pormenor os elementos autobiográficos deixados na obra pelo seu desconhecido autor.

Estão muito bem elaborados os estudos introdutórios sobre os arautos, sua origem, situação em Portugal e a literatura heráldica (pp. 29-46), o exame literário da obra e sua organização discursiva (47-87), insistindo nós no valor da experiência como fonte de informação e ponto de referência (63-67) e a importância dada ao Ducado de Sabóia (253a-256b), só comparável ao relevo dado a Portugal (53a-60b). Caracterizando o género literário do conjunto da obra, diz A.A.N.: «Nem tratado geográfico (apesar da extensão descritiva) nem livro de memórias (em que o autor passasse a escrito uma experiência vivida) nem história, mas celebração de terras, na convergência do passado e do presente, pela descrição e pela evocação» (p. 87).

A análise linguística (pp. 88-124) parte dos dados obtidos através do exame por computador, adoptando uma «grelha» que pareceu a mais apropriada, embora seguindo sempre os métodos do Centre de Traitement Électronique des Documents (CETEDOC) de Lovaina, onde o editor estudou sob a orientação do Prof. Paul Tombeur. Os diversos aspectos do exame linguístico encontram-se editados em livro à parte: *De Ministerio Armorum. Índices, concordância, análise linguística, dados estatísticos*, Lisboa, 1977, pp. 306. Na introdução do volume que estamos apreciando — *Livro de Aautos* — fazem-se pertinentes reflexões sobre os principais elementos revelados pelo computador, tais como o índice de dispersão e de concentração (93-94), a apreciação do valor das frequências, sendo de capital interesse as observações sobre normalidade e fuga (95-100). Após muitas «páginas algébricas» de tabelas numéricas e de gráficos (cf. 95, 97-121), conclui-se que os índices relativos ao vocabulário revelam acentuadas baixas. Além disso, na apreciação das «tendências mais acentuadas» (pp. 122-124) põe-se em relevo o excessivo uso de preposições e a abundância de conectores. São estabelecidas percentagens comparativas com o tratado de Séneca *Consolatio ad Polybium*. Nós não desprezamos o valor dos números. Perguntamo-nos é se pode fazer-se alguma comparação entre o estilo do Anónimo de Lamego e Séneca! De facto, muitas vezes, ao longo da leitura, nos admirámos da persistência de um escritor que pretende continuar a escrever latim, quando é nítido que ele pensa em português e avança destemida e temerariamente com uma redacção cheia de vulgarismos e de palavras alatinadas que mal

escondem o português, o francês, o italiano, etc. Colhemos uma imagem penosa deste homem que escreve latim a todo o custo, convencido talvez de que os seus leitores e ouvintes não o compreenderiam se ele escrevesse de outro modo! O sabor da *latinitas* anda muito afastado de todas as páginas deste livro!

Nós concordamos com as *normas de edição e tradução* que o editor nos descreve (pp. 125-133). Embora se siga quanto possível a grafia original, pretende-se fazer uma edição crítica e não diplomática. Muito acertadamente, propõe-se «reconstituir as formas aí deturpadas por sucessivas transcrições» (p. 127) e diz mesmo: «Haverá que contrapor uma crítica justificadamente inventiva, capaz de reconstituir, para além e através da forma gráfica agora existente, o original perdido». Belos princípios!

A nossa opinião sobre a edição crítica é que muitas dificuldades foram, de facto, resolvidas com uma leitura paleográfica laboriosa. Exerceu-se também alguma «crítica justificadamente inventiva», mas o texto definitivo muito beneficiaria ainda com uma repetida leitura crítica do manuscrito, procurando simultaneamente um sentido exacto e uma leitura paleograficamente possível ou explicável.

Sem pretender esgotar os apontamentos que tirámos (e confessando que também nós gostaríamos de fazer uma nova leitura atenta de todo o texto e tradução) vamos deixar aqui apenas algumas das principais observações, primeiro sobre o texto crítico, depois sobre a tradução e finalmente faremos algumas anotações várias.

Principiemos por anotar uma falta de texto (que aceitamos como devida a uma queda mecânica, já após a composição e lineação definitiva). Em 7a fala-se da dignidade do arauto, a ponto de ele dever ser poupado à pena de morte pública *pro aliquo criminali casu quo sit* (preferimos esta forma verbal do código à emenda *fit*) *irretitus*; e traduzimos: «em que ele se encontre implicado» (linha 16). E continua o texto latino, imprimindo nós a redondo as linhas 2 e 3 do texto composto e cuja falta não havia sido notada: *aut alie sunt ||7b|| mortes in conspectu populi generales*; et hoc non est solum pro honore sue persone conseruando, sed eciam pro honore et reuerencia armorum et nominis que consuera <n>t et consuent deferre. A par de *consuent* supomos que, de facto, se deve adoptar também o plural *consuerant*, aliás confirmado pela tradução: «costumavam e costumam».

Também em 21a, 15, após *ecclesie* falta uma frase inteira, que se encontra na tradução entre parêntesis. Eis o texto omitido: *Et maxima pars harum prouinciarum est subiecta romane ecclesie*.

No final de 12b cita-se um provérbio popular, equivalente ao nosso actual: «Tu põe as barbas de molho, quando vires as do vizinho a arder». Este pensamento é confirmado, conforme diz o próprio autor, *iuxta illud versus*. A citação (já em 13a) devia ser feita com disposição em verso, porque, de facto, se trata de dois hexâmetros, o primeiro dos quais com o quarto «pé» defeituoso:

*Nam tua res agitur cum paries proximus ardet,  
Et neglecta solent incendia sumere vires.*

Embora se trate de sabedoria popular, ainda assim parece-nos provável que estes versos, no todo ou em parte, se encontrem documentados em algum autor latino, clássico ou medieval. Veja-se, por exemplo, Virgílio, *En.* 2, 311-312: *iam proximus ardet | Vcalegon* (domus).

Em 17a, 4 surge a forma *Mare Miterrenum*, que reaparece em 26a, 6. Mais frequente é, porém, a grafia *Mare Medium Terrenum* (26b, 3; 36b, 13; 37a, 6; 38a, 2; 39a, 12; 47b, 10; 49a, 4). A expressão perfeita *Mare Medium Terraneum* está documentada mais adiante (44a, 16; 50a, 2; 253a, 2). Em nosso entender, todas as formas erradas anteriores deviam ser corrigidas segundo a expressão exacta, que afinal o autor conhecia. Do mesmo modo, em 27a, 6 *mari Terreno* deveria ser emendado. Já, porém, deve ser conservado *mari Tirreno*, em 26b, 10, porque aí, com muita probabilidade, corresponde ao Mar Tirreno. A normalização é uma exigência da crítica textual, remetendo todas as variantes para o aparato crítico.

Mais difícil é estabelecer com segurança os pontos cardeais. Em 28a, 4 a descrição da costa portuguesa segue a direcção de sul para norte e, por isso, onde está a *parte septentrionis* deve escrever-se *meridiei*, como se pode ver, em caso semelhante, em 28b, 3. Os pontos cardeais relativos a Portugal (58b, 6-9) estão todos errados! Também a situação do Reino de Navarra (63a, 14-15) nos parece errada. É discutível que Castela lhe fique *ex parte meridientali* e que a Guipúzcoa e Biscaia estejam *de parte occidentali*! Nós emendaríamos antes, respectivamente, para «a Ocidente e a Norte». Supomos que a situação do Reino de Nápoles (67a, 6-10) está também quase toda errada. Iguamente não percebemos como corra o Ródano *ex illa parte meridionali* em relação à Sabóia (254a, 15). Em 255a, 6 e 18, a expressão *ex parte meridionali* deve ser entendida como NW. Outras caracterizações geográficas precisam de ser discutidas. Temos de concluir que o mapa do autor do *Livro de Arautos* não tinha as regiões na mesma disposição do nosso! Outras vezes pensamos que ele confundia os pontos cardeais uns com os outros. Talvez se esteja servindo de fontes com aquela indicação... Na edição, ou as correcções se fazem no texto ou — o que preferiríamos — se chama a atenção para os erros, em nota.

Num certo número de casos a lição do manuscrito é perfeitamente defensável e, às vezes, até melhor que a emenda feita. Em 4b, 10-11 o sujeito indefinido *quilibet* suporta bem, no conjunto da frase, o verbo no plural, *cognoscentur*, não se justificando também o prurido de uma rigorosa «consecutio temporum» que levou a emendar para *cognosceretur*. Ao descrever o Reino de Leão, diz o texto que é terra *plana, paucorum nemorum et bene populata* (32a, 2). Com a pontuação que deixamos aqui, a caracterização aplica-se perfeitamente à parte sul da região. A mudança de *plana* para *plena paucorum nemorum* parece-nos cair na contradição de «cheio de poucos»...

A propósito da necessidade de uma boa pontuação, verificamos que há pontuações mal feitas e que se chega a adoptar uma pontuação para o latim e outra para o português, alterando o sentido. Na sequência imediata (devida a alteração da paginação) de 20b, 24 para 25a, 1 o ponto final não deve ser colocado depois de *septentrionem* (como está), mas a frase deve prolongar-se, o que dará melhor sentido para trás e para diante, assim: *castrum Sancti Angeli et est versus septentrionem et in extremitate urbis*. A contradição entre o latim e o português, devida a diferença de pontuação, é também notória em 31a, 4-5, quando se diz que em Burgos se juntam dois caminhos: um que vai para Santiago *et alia que venit de partibus alti Hispaniarum ad mare de Biscaia; et in dicta villa utuntur magnis mercantiis*. Nós entendemos que o segundo caminho vai de sul para norte, «em direcção ao Mar de Biscaia». A tradução impressa abre nova frase assim: «No mar de Biscaia e nesta

cidade faz-se muito comércio»! Supomos que faltou um reajustamento entre a última leitura do texto latino e uma tradução previamente dada como pronta.

O autor usava, sem dúvida, na sua escrita latina o *ç* (c com cedilha). Vejamos só dois casos indubitáveis. Em 50a, 10 o texto tem *Cardinia*, mas o editor emendou para *Sardinia*. Arbitrário, uma vez que de nada fomos avisados. Referindo-se depois ao Algarve, diz: *In eodem regno cucarum et datili (...) crescunt* (59a, 8-9). Nós escreveríamos *çucarum*; se o editor quisesse normalizar (como devia) escreveria *sucarum*, pois traduz: «Neste reino dá-se também o açúcar, as tâmaras». Não discutimos a pessoa do verbo nem o origem de *também*!

Anotemos agora, rapidamente, outras emendas ao texto crítico.

Em 6a, 3-4 lemos: *partes que vulgaliter genelphe et grabelini*. Em vez de «grupos conhecidos pelos nomes de» ... nós traduziríamos por *partidos* e emendaríamos as grafias erradas para *Guelfi e Gibelini*, lançando e deformação do códice para o aparato crítico.

Em 9a, 5-6 diz-se que os príncipes mandavam fazer para os arautos *certas domos et mansiones redditutas in modum colligiorum*. Perante uma forma desconhecida (e impossível), impunha-se emendar para *reddituras* e traduzir: «que se haviam de organizar à maneira de colégios». Não apreciamos que se salte por cima das dificuldades, reduzindo a parte final a «em agregados»!

Em 36b, 8-16 aparece cinco vezes a forma *isticum* para traduzir o *Estreito* de Gibraltar. Trata-se de uma leitura errada de *t* por *c*. A palavra devia ser emendada para *istic<t>um* ou até para *strictum*, como aparece noutros pontos, v.g. em 46b, 11 e 14;

Em 37b, 10-12 escreveu o autor: *Et ciuitas Cordoua, tambene caput alius regni, est plus contra septentrionem, penes magnos montes qui uocantur Morenes*. A emenda de *alius* para *aliud* é fruto de uma falsa concordância. Não se trata de «Córdova que é outra capital do reino», mas de «Córdova que também é capital de outro reino», em contraposição a Jaén. Neste texto (bem como mais abaixo, linha 21, *penes* está em vez de *pene*, pelo que devia ser escrita: *pene[s]*). Noutros passos o copista escreveu bem.

Em 49a há uma série de pequenas emendas a fazer. *Principatus Cathalonie est unus inter principatus mundi*. Emendaríamos para: *inter principales mundi* (linhas 1-2); a norte confina com o Languedoc *et tambene cum una quarta parte predicti maris* (9-10), entendendo nós que se trata de *una quanta parte; ut in plurimum*, isto é, «na sua maior parte», não foi traduzido; *actamen* (11) é possivelmente uma falsa leitura de *attamen*; *et qui plus disponunt sua periculis* (15) não pode reduzir-se a «expondo-se aos perigos», mas deve realçar-se que os catalães são «os que mais expõem os seus bens aos perigos».

Em 50a, 3-4 temos as três ilhas *Maiorica, Minorica et de Iuisca*. Para esta última o manuscrito tem: *Diuica*. Nesta palavra temos de ver uma crase, a confusão de *b* com *u* e a falta de uma cedilha. Por isso, deve emendar-se para *de Ibiça*.

Em 54a, 18-20 elogia-se Santarém. Seria uma autêntica *maravilha do Entroncamento* se pudesse tomar-se na sua forma actual esta frase: *In territorio istius opidi triticum a die qua seminatur ad mensem cum medio maturum et peroptimum metitur*. Achamos demasiado maravilhoso que «um mês e meio depois de ter sido semeado» o trigo já esteja pronto para ser colhido! Provavelmente trata-se de uma corrupção do texto, onde *cum* foi metido por erro e *medio* está em vez de *maio* ou *maijo* ou

até *maigio*. Nós racionalizamos o texto *ad mensem maium*; e o copista, talvez por não ter compreendido *magius*, preferiu interpretá-lo pelo lado maravilhoso.

Em *63b*, 4 diz-se que Navarra é atravessada pela *riparia Yeure*. Trata-se, sem dúvida da «ribeira», isto é, do «rio Ebro». Remontaremos à escrita original se interpretarmos o *Y* como falsa leitura de um *H*, se atendermos à confusão de *u* com *b* e finalmente a um erro da última vogal. Nós escreveríamos *Hebro* (ou *Heuro*).

Na descrição do Reino de Nápoles, a partir de *69b*, aparecem várias referências a Otranto e Tarento. Para a primeira encontramos até *70a*, no aparato crítico, as grafias: *Daustranti*, *Distrant*, *Danstnt*, *Dastranc*. É evidente que o copista não sabia o que escrevia... Nós teríamos normalizado sempre para *de Austranti*; do mesmo modo, teríamos preferido sempre o genitivo *Tarenti*, dada a confusão frequente entre *i* e *e*.

Na descrição do Ducado de Sabóia encontramos como limite *Pedimento* (*253a,5*). Trata-se, claro está, do Piemonte, cujo ablativo latino deveria ter sido escrito *Pedimonte*. Adiante, de facto, aparece *terram Pedimontis* (14).

Em *253b*, 12-14 afirma-se que a Sabóia é atravessada por *decem passagia, uel circa, magnorum itinerum siue caminorum magni nominis*. Em vez de *caminorum* (conjectura do editor) o código tem *famatorum*. Pensamos que esta palavra é original e portanto deve manter-se. Interpretamos assim: Há dez passagens, ou perto disso, *de grandes caminhos* ou (senão grandes) *afamados*, (isto é) *de grande nome*.

O autor escrevia o francês dum modo bastante fonético e pouco ortográfico. Entre as vítimas deste sistema encontra-se *Annecy*. Diz o manuscrito (*255b*, 13): *nuncupatus vulgariter lacus de Nycey. Que quidem Nycey...* Neste caso o autor tomou a primeira sílaba de *Annecy* como pertencente à preposição, por crase ou erro de pronúncia. A grafia é fonética e apenas aproximada. A correcção de *Annecy* devia ser feita, no texto ou em nota.

A expressão fonética, talvez de invenção pessoal, encontra-se, por exemplo também no grupo (*255b*, 15): *baronia de Fotinj, ducatus de Sabblez*. No primeiro topónimo temos a falsa leitura de *t* por *c* e uma grafia empírica da nasal palatalizada, que se exprime em castelhano por *ñ* e em francês e italiano por *gn*. Vemos ainda a pronúncia monotongada de *au*. Assim, para dizer *Faucigny* surgiu a escrita *Fotinj*. Em vez de *Chablais*, temos uma grafia correspondente: *Sabblez*, onde a característica maior é o valor de sibilante palatalizada dado ao *S*.

Apesar de já termos feito algumas correcções à tradução e de não querermos demorar-nos neste capítulo, há alguns passos que não podem ficar sem comentário.

Em *16a*, 5-7 diz que antigamente a Grécia era maior, *antequam greci perdidissent Asyam Minorem, que modo nuncupatur Turquia a turcis qui eamdem conquesti sunt*. A tradução dada é: «...Ásia Menor que desde há algum tempo vem sendo ocupada pela Turquia e pelos seus homens que a conquistaram». Nós traduzimos antes: ... *Ásia Menor que actualmente se chama Turquia, devido aos turcos que a conquistaram*.

A propósito do castelo de Sant'Ângelo, em Roma, diz o autor (*25a*, 10-12): *Hoc castrum, quod dicitur castrum Sancti Angeli, domini urbis modo utuntur ut arce quadam et fortalicio*. Não concordamos com esta tradução: «Este castelo denomina-se castelo de Sant'Ângelo, patrono da cidade; agora é utilizado como cidadela e forta-



leza». O que o latim diz é: *Os senhores da urbe utilizam agora este castelo, que se chama castelo de Sant' Angelo, como uma espécie de cidadela e fortaleza.*

Uma troca de nome e alguns pormenores levam-nos a emendar o seguinte passo (24b, 17-19): *Et multe bone prouincie sunt in dicta Suauia sicut Suissa que confinit cum Sauoea et cum altis montibus de angulo Alamanie.* Tradução impressa: «Muitas outras boas regiões existem na Suábia assim como na Suíça que confina com a Suábia e com os altos montes de um recanto da Alemanha». Julgamos de emendar o seguinte: ... *na referida Suábia, tal como a Suíça, que confina com a Sabóia... montes de um ângulo da Alamânia.*

Uma das intrigantes deficiências da tradução é o salto de várias palavras do latim, uma vez, aparentemente, para reduzir a extensão da frase, mas noutros casos para evitar dificuldades. Damos só alguns exemplos.

Em 4b, 6-7 não traduziu: *ac gencium Europe*, nem *alias ut prefertur*; e a seguir, linhas 16-17, falta *passim* e *prout ne deferrant*. Duas palavras antes, está o bem conhecido infinito *deferre*, mas que é *deferrant*? Entendemos que está em vez de *deferrant* e traduzimos a expressão por: *e não as devem usar*.

Em 8a, 5 saltou *dixit illud uulgare uidelicet*, referência a um dito popular aqui citado por Rolando e que o primeiro bispo de Portalegre, D. Julião de Alva, tinha escrito, num dos livros da sua sala de espera («ele lá sabia porquê...»): «No buscar ofícios para los hombres sino hombres para los ofícios». Em contrapartida, não sabemos a que palavras latinas corresponde o português: «isso não o perturbava» (p. 150, linha 22). Enquanto há quem se dedique a coligir ditados populares («ciência dos séculos»...), o tradutor saltou *uulgare illud* e *etiam uulgare* em 14a, 13 e 16.

Em 18a, 19-20 foi omitida a expressão: *parum distans a Pallatino monte*. É certo que ela já está duas linhas atrás. Se o editor entende que a repetição é fruto de um erro de cópia, devia tê-la eliminado, por meio de parêntesis rectos. Está bem traduzida a palavra seguinte, *modo*, por *agora*. Este mesmo sentido devia ter sido dado um pouco atrás (linha 3) a *modo in eius summitate est una ecclesia: agora, no seu cimo* (e não «mesmo no cimo») *está uma igreja*.

Em 18b, 13 falta *uidelicet Hienniculum*, precisamente a primeira referência ao Janículo. Logo a seguir diz-se que o rio Tibre corre *per quandam partem urbis*, o que é diferente de «ao longo de toda a cidade» (13-14).

Em 26a, 15-17 depois de dizer que o Tibre desagua em Óstia (e não *Ostio*...), afirma-se que a cidade de Roma *optimo aere, optimo territorio atque ceteris aliis rebus a natura donata est*. Parece-nos falseada a tradução: «goza de ótimo clima em qualquer das suas regiões». Se admitimos o resumo de *clima*, faltam as *outras coisas de que foi dotada pela natureza*.

Adiante, embora a numeração seja mais baixa (21b, 20) foram simplesmente omitidas seis palavras: *cuius dignitatis proprietas hec est, uidelicet*.

Bem demonstrativo dos métodos de redução do texto português (se não se trata de um salto) é este passo, relativo às proximidades do cabo de Trapani (Sicília): *sunt tres insule quarum una est bene populata, alie uero non. Illa tamen que est populata est ex parte occidentis*: «há três ilhas, uma das quais apenas é bem povoada; fica do lado ocidental» (47a, 2-3).

Em 48a, 12-13 foi suprimida (salto involuntário?) uma frase inteira. Referindo-se à cidade de Oristano, marca a sua distância em relação a Cagliari: *Et distat a prenominata ciuitate Cailra per centum miliaria*.

Em 58a, 10 indica-se qual o rendimento do Mestre de Avis, que é de mais de três mil coroas, mas faltou traduzir *qualibet arista*, que significa: *em cada ano*, ou seja, em cada colheita de seara.

Pelo contrário, além dos dois passos que já apontámos (7b, 2-3 e 21a, 15) — a que se deve juntar um salto *de eodem ad eundem*, suprido pelo editor (70a, 6): *cupiendum luxuriare uel ad cupiendum* — temos, em algumas pequenas passagens, o texto português mais amplo que o latim. Em 29b, 12 não está o equivalente a «*como sendo regiões diferentes*». Em 32a, 11, *villa que dicitur Carrion* é traduzida por «*Carrion de los Condes*». Em 36a, 16 não vemos nada que justifique o português «*diariamente*».

Entre as anotações variadas com que desejamos terminar estas observações, encontra-se, em primeiro lugar, um apontamento sobre o carácter vulgar, diremos mesmo «*romance*» de diversas línguas, do texto latino.

Repare-se nesta suprema retroversão de «a fim de que» em 6a, 15: *ad finem ut videre valerent*. Palavras alatinadas: «*mandata siue messagia*» (9b, 11); *lignagia* (10a, 1); «*grosse ville*» (31b, 7) e *grossa navigia* (36a, 16); *manerie* (36a, 20); «*in uno buto seu angulo*» (48a, 19-20); *goufro* (69b, 21); *golfonus* (93a, 9) e *golfus* (95a, 11); «*caput mutonis*» (94b, 6); *villagium* (96b, 5); *galez* (96b, 8); *passagia* (253b, 12); *omagia* (255a, 11); *viagium* (256b, 7). Veja-se o índice de palavras «*medievais*» no volume de análise linguística, pp. 235-236.

Como muito bem notou o editor, a legenda de alguns escudos está escrita em português (cfr. p. 322). Acontece até que no meio do próprio texto latino aparece *en la Bassa Suauia* (24a, 16), que não sabemos se é do autor português ou do copista castelhano. E que dizer de *una capa parda?* (28b, 11). Só não percebemos porque teve de ser traduzido para «*uma capa cinzenta*»... Evidentemente que muitos topónimos estão escritos segundo a própria pronúncia local. Abunda o francês na descrição da Sabóia (253a-256b).

Entre os curiosos processos de tentar exprimir a sibilante palatal africada, registámos formas como *Elxe* — (39a, 3) — (para o castelhano *Elche*), *Capaccium* e *Leesche* — 69a, 4 e 70a, 17 — (para o italiano *Capaccio* e *Lece*).

A partir de 96b, 13 até 101b, 9 encontramos várias vezes a palavra *arsipellagus*. Na *Introdução* (p. 64) diz A. A. Nascimento que se trata «*possivelmente de pedantismo linguístico*». Nós pensamos que o *s* é antes uma falsa leitura de um X (velar surda aspirada), tanto no grego clássico como no moderno. No original estaria, portanto, ARXIPELLAGUS, que nós transcrevemos, correctamente, *archipelagus* (palavra que, todavia, não encontramos registada).

Ao referir-se às riquezas (em 6a, 1), o autor, apesar de estar a falar de Júlio César, acrescenta: «*que alias mammone iniquitatis dicuntur*». Estamos perante uma citação implícita da Bíblia (Lucas 16,9). Outro passo poderá também ser esclarecido pelos hábitos piedosos do autor. Diz ele que na Sardenha há muitas pedras chamadas «*vulgaliter coural*» *ex quibus fiunt paternostre* (47b, 14-15). Que são estes *Pater Noster*? Supomos que se trata de contas para rezar, como hoje se fazem Terços de material diverso, entre o qual pedras de coral.

Chegado ao fim desta longa apreciação de *Livro de Arautos*, obra até agora praticamente desconhecida, cuja leitura, tradução e interpretação se torna por isso muito mais difícil e meritória, queremos felicitar o doutor Aires Augusto Nasci-

mento pelo beneditino trabalho realizado. As nossas observações (quando críticas) não pretendem mais que contribuir para a solução de alguns problemas que a edição do *Livro de Azautes* levantou.

À bibliografia conviria acrescentar as seguintes obras portuguesas:

*Nobreza de Portugal*, direcção de Afonso Eduardo Martins Zúquete, Edit. Enciclopédia, Lisboa, 1960-1961, 3 vol. (edição monumental com abundante bibliografia).

*Armorial Lusitano: genealogia e heráldica*. Coordenação de Afonso Eduardo Martins Zúquete, Lisboa, 1961 (bibliografia nas pp. 16 e 719-723).

Gastão de Melo de Matos, *Heráldica*, Edit. Verbo, Lisboa, 1969.

JOSÉ GERALDES FREIRE

JOSÉ VAN DEN BESSELAAR, **António Vieira, História do Futuro (Livro Antepreimeiro)**. Edição crítica, prefaciada e comentada. Vol. I, Bibliografia, introdução e texto, pp. 282; Vol. II, Comentário, pp. 263, Aschendorffsche Verlagsbuchhandlung, Münster Westfalen, 1976.

J. van den Besselaar estava bem preparado para fazer a edição crítica e o comentário da *História do Futuro*. Doutor em Filologia Clássica pela Universidade de Nimega (Holanda) com uma tese sobre Cassiodoro; autor de obras didácticas de grego e de latim, entre as quais distinguimos o *Propylaeum* (vol. I, *Sintaxe Latina Superior*; vol. II, *Leitura, exercícios, vocabulário* — Editora Herder, S. Paulo, 1960); professor de História da Antiguidade Clássica na Universidade de S. Paulo, de cujo magistério resultou o magnífico livro *Introdução aos Estudos Históricos* (3.<sup>a</sup> ed., Herder, 1970); e de regresso ao seu país, Leitor de Português na Universidade de Nijmegen, tendo apresentado como lição inaugural *António Vieira en Holland* (I-XII-1967); estudioso da obra de Vieira pelo menos desde 1962, a ponto de a partir de 1966 os seus trabalhos versarem quase só aspectos do Crisóstomo Português — tudo se conjugava para que esta edição crítica tivesse as melhores garantias de trabalho consciencioso e mérito científico. Acresce ainda que este estudo foi patrocinado e publicado pelo Instituto Português da Sociedade Científica de Goerres, com sede em Lisboa, dirigido pelo Prof. Dr. Hans Flasche, onde há uma biblioteca altamente especializada em temas de cultura luso-brasileira (com sede na Rua Visconde de Seabra, 2 — Lisboa).

A *Introdução* (pp. 1-64), que dispensa qualquer apresentação de António Vieira, lança-nos em cheio nos problemas relativos ao «messianismo» de V., já detectável nos seus Sermões de 1630 a 1640; mostra como foi decisivo para V. um seu encontro com os rabinos em Amesterdão; abre-nos os horizontes para compreender os projectos da *Clavis Prophetarum* (deixada em esboços) e da *História do Futuro*, obras que (se existissem completas) seriam em parte semelhantes.